



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.035/2024

COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA., sociedade empresária sediada em Belo Horizonte MG, na Av. Raja Gabaglia, nº 285, bairro Cidade Jardim, CEP 30380-103, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.654.626/0001-51, neste ato representada por seu sócio-administrador, nos autos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º 90.035/2024, vem respeitosamente à presença de V.Sa., fulcrada no item 25 do Instrumento Convocatório, apresentar tempestivamente a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com base nas matérias de fato e de direito a seguir esposadas, **para ao final requerer a suspensão do procedimento licitatório em curso e modificação dos itens editalícios impugnados:**

I – DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO E TEMPESTIVIDADE:

Prevê o item 25 do edital ora impugnado:

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



Considerando que a data prevista para abertura da Sessão Pública é o dia 02/04/2024 (terça-feira), desta feita, o termo final para apresentação da peça termina em 27/03/2024 (quarta-feira). Assim, temos que a presente peça é legal, tempestiva e deverá ser conhecida e julgada no prazo previsto no instrumento, o que se requer desde já.

II - OMISSÃO RELEVANTE – DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE COMPROVE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NO RAMO LICITADO (ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR) – (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)

A presente impugnação dirige-se contra a falta de previsão no edital de que os atestados de capacidade técnica, previstos no item 19.2 do Edital, não se referem à atividade licitada, qual seja, **o ramo de alimentação hospitalar**.

Contudo, é necessário esclarecer qual é o objetivo deste Pregão Eletrônico e o tipo de contratação que o Estado pretende. Veja-se o que o termo de referência define como objeto a ser licitado:

Anexo I - Termo de Referência

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, **para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã**, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Como se nota, o edital delinea de forma clara que o objeto da licitação é a aquisição de **REFEIÇÕES HOSPITALARES**, para atender aos pacientes, acompanhantes, e funcionários, em uma escala de 24 horas por dia, 7 dias na semana, sem interrupção.

A contratação envolve todo o processo de operacionalização e desenvolvimento de todas as etapas que envolvem a produção, conservação, transporte, e distribuição de dietas livres e especiais para pacientes, acompanhantes e plantonistas.

O Termo de Referência prever o fornecimento de diversas dietas específicas, voltadas para o público enfermo e altamente vulnerável, exigindo, portanto, a expertise



comprovada da empresa que prestará os serviços. **São dietas especiais, brandas, pastosas, líquidas, liquidificadas, enterais, etc.**

O T.R reforça a importância e complexidade dos serviços:

3.1 A presente aquisição de alimentação transportada é de extrema necessidade para o bom e regular funcionamento da Unidade e garantia da segurança alimentar e nutricional dos pacientes/ funcionários/acompanhantes, haja vista a essencialidade do objeto e a impossibilidade de utilizar as dependências do espaço físico da cozinha e despensa do nosocômio, porém vale ressaltar a complexidade do serviço e necessidade de estrutura mínima para que seja possível realizar a contratação.

Como se vê, não se trata de fornecer alimentação comum, que qualquer empresa de refeição possa ofertar.

Trata-se, pois, de serviço **altamente complexo**, de grande relevância e que possui **grande risco**, uma vez que o gerenciamento inadequado no processo de elaboração e distribuição pode gerar danos irreparáveis à saúde de pessoas já fragilizadas.

Assim, em razão dessa prestação altamente complexa e em nível de excelência, necessário seria que o Edital estabelecesse que as licitantes deveriam apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, **específicos de REFEIÇÕES HOSPITALARES**.

Ao contrário disso, ao suprimir completamente tal exigência, o Estado, - bem como a população carioca que necessita de atendimento nas unidades de saúde, - encontra-se fragilizada e propensa a contratar com qualquer licitante, inclusive aquele que não atende as condições mínimas para executar um serviço tão sério de prestação de serviços de alimentação e nutrição para enfermos e servidores.

Portanto, verifica-se que os atestados de capacidade técnica devem indicar, especificamente, execução anterior de serviços no **ramo de alimentação hospitalar**.

Corroborando a presente Impugnação o fato de que a própria ANVISA, na RDC 216/2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, estabelece padrões diferenciados para as cozinhas de estabelecimentos



assistenciais de saúde, afastando qualquer alegação de que a exigência de um profissional nutricionista seria suficiente para os serviços de alimentação, in verbis:

1.2 – Âmbito de Aplicação

Excluem-se deste Regulamento os lactários, as unidades de Terapia de Nutrição Enteral - TNE, os bancos de leite humano, as cozinhas dos estabelecimentos assistenciais de saúde e os estabelecimentos industriais abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Outrossim, cumpre-nos transcrever abaixo editais elaborados por diversos órgãos da Administração Pública, visando a contratação do fornecimento de refeições, contendo a exigência de atestados específicos de alimentação hospitalar:

a) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2018, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MINAS GERAIS (FHEMIG)

9 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

9.1 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade de fornecimento de refeição hospitalar (dietas livres e dietéticas) compatível com o objeto da licitação em:

- Características: fornecimento de refeição em **Unidade Hospitalar (dietas livres e dietéticas)**;

b) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 314/2015, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

7.2.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I – Comprovação de aptidão, por intermédio da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação.

d.2. Entende-se por comprovação pertinente e compatível em características, quantidades e prazo com o objeto de cada lote a apresentação de atestados de capacidade técnica da empresa,



expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado que comprove que a empresa forneceu ou fornece alimentação para coletividade sadia e enferma (hospitais) envolvendo o preparo, fornecimento e distribuição, para no mínimo, 50% do quantitativo total de refeições por mês indicado para cada lote, por mês indicado para cada lote pelo período mínimo de 6 meses. Será admitido somatório de atestados de capacidade técnica para comprovação de quantitativos mínimos, desde que a prestação dos serviços ocorra concomitantemente.

c) EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2017, PROMOVIDO PELO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

10.2.6. Atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou os serviços, em características, quantidades e prazos;

10.2.6.1. Considerar-se-á compatível o atestado que comprove, no mínimo, a emissão de 50% do objeto previsto, considerando os quantitativos para 260 leitos, em período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses de experiência **atuando em instituição de saúde**, permitindo-se o somatório de atestados. Justifica-se o atestado de capacidade técnica, devido ao objeto desse termo ser de grande complexidade operacional, embora seja serviço comum uma vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

Desta forma, devem ser acolhidos os termos desta Impugnação, alterando-se o item 19.1.2 do edital (qualificação técnica), passando-se a constar que os atestados de capacidade técnica comprovem **experiência da licitante atuando em instituição de saúde (fornecimento de refeição em Unidade Hospitalar)**.

III – ILEGALIDADE / OMISSÃO RELEVANTE - DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE ATESTADOS DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - ITEM 19.1.2



Ainda com relação às previsões relativas à qualificação técnica, cumpre-nos indicar omissão, que merece ser aditada no que se refere aos atestados de capacidade técnica.

Veja-se novamente o que o Termo de Referência define como objeto a ser licitado:

Anexo I - Termo de Referência

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de **ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA**, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

2.1 Fornecimento de Alimentação Transportada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Como se nota, o edital delineia de forma clara que o objeto da licitação é a aquisição de refeições hospitalares, NA MODALIDADE TRANSPORTADA das grandes refeições, para atender aos pacientes e acompanhantes das unidades de saúde, em uma escala de 24 horas por dia, 7 dias na semana, sem interrupção.

Portanto, a Administração elegeu a forma de contratação de refeição transportada, isto é, o alimento é produzido em um determinado local (fora da Unidade) e mais tarde entregue para consumo.

O edital foi omissivo neste ponto muito importante, relativo à comprovação de experiência pretérita dos licitantes no transporte dos alimentos.

Neste sentido, destaca-se o que consta no próprio Termo de Referência as especificidades que envolvem o transporte das refeições:

13.6. O transporte de alimentos prontos para o consumo deve obedecer às normas técnicas que possam garantir as qualidades nutricional, sensorial, microbiológica e físico química dos produtos. Desta forma, os meios de



transporte de alimentos destinados ao consumo humano, refrigerados ou não, devem garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e a deterioração do produto.

13.7. Assegurar que os alimentos sejam transportados em condições que evitem a contaminação ou a recontaminação, ou ainda a multiplicação dos microrganismos eventualmente presentes.

Portanto, se no próprio processo licitatório consta que o fornecimento almejado pela Administração requer a contratação de empresa especializada em refeições **transportadas**, fica claro que tal requisito se dá mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprove tal especialidade.

O transporte das refeições prontas é item essencial para a segurança da contratação. É uma etapa crítica da cadeia de distribuição de alimentos, podendo oferecer riscos de contaminação dos produtos alimentares, já que apresenta uma complexidade de operações como carga, descarga, inconstante temperatura, efeitos externos e, até mesmo, transporte misto de gêneros e o planejamento logístico.

A legislação de transporte de alimentos perecíveis (Portaria CVS-15) determina que os produtos dessa categoria devam ser transportados com condições apropriadas para evitar qualquer tipo de contaminação ou perda de mercadoria.

Para isso, é necessário manter um controle adequado de higiene, temperatura e tempo de frete. Ao transportar alimentos destinados ao consumo humano, sejam eles refrigerados ou não, é preciso garantir a integridade e a qualidade do produto em todos os momentos – impedindo assim a sua contaminação e deterioração. Os alimentos devem ser transportados em recipientes fechados, impermeáveis e resistentes a qualquer tipo de contaminação. Além disso, para evitar qualquer risco, devem ser mantidos em um compartimento separado do veículo, longe de qualquer substância capaz de corrompê-los ou infectá-los.

Para isso, apenas as empresas que já possuam expertise no transporte poderá fazê-lo de forma segura.

Vale ressaltar o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/21, que definiu o rol das exigências habilitatórias, dentre as quais, na técnica, definiu que os atestados de



capacidade técnica devem comprovar aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação.

Necessário ressaltar que a contratação envolve todo o processo de operacionalização, produção, transporte e distribuição de mais de milhares de refeições mensais.

Além disso, o Termo de Referência prever o fornecimento de FORMA TRANSPORTADA de diversas dietas especiais, voltadas para o público enfermo e altamente vulnerável, tais como: enteral, dieta hipossódica, imuno-suprimido, DPOC, hipercalêmica, sem lactose, branda, pastosa, diabetes, hipoclêmica, dentre outras.

Assim, em razão dessa prestação altamente complexa e em nível de excelência, estabelecido é necessário que o edital preveja que as licitantes apresentem atestado de capacidade técnica, específicos de refeições hospitalares TRANSPORTADAS. A exigência se afigura absolutamente necessária em razão da natureza excepcional do objeto da licitação.

Data maxima venia, da forma com que foi redigido este edital, a Administração fica a mercê de empresas inexperientes, aventureiras. Além disso, a omissão propiciará a participação de empresas sem condições técnicas e legais, o que, certamente, não atende ao interesse público, nem confere segurança à contratação, dada a complexidade do objeto.

Portanto, requer seja aditado o item 19.1.2, passando a prevê que os atestados de capacidade técnica demonstrem que a empresa prestou serviços de alimentação hospitalar TRANSPORTADA.

IV – ILEGALIDADE / OMISSÃO RELEVANTE - DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE ATESTADOS DE QUE A LICITANTE ATENDA A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO ESTIMADO – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – ILEGALIDADE POR OMISSÃO

Ainda com relação às previsões relativas aos atestados de capacidade técnica, cumpre-nos indicar outra omissão, que merece ser aditada.



O art. 67, §2º, da Nova Lei de Licitações prever a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos licitados:

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Neste contexto, quanto aos quantitativos a serem comprovados por meios dos atestados, o Tribunal de Contas da União tem entendido que é possível a exigência mínima de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados até o limite de **50% da parcela de maior relevância dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos:**

Contratação de projetos de obra pública:

1 - É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos. Representação formulada por empresa acusou possíveis irregularidades no edital da Tomada de Preços n. 05/2011, do tipo técnica e preço, promovida pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – Creci/SP, que tem por objeto a contratação de serviços de elaboração de projetos de execução da obra de reforma e adaptação da sede da entidade. O relator, em consonância com a unidade técnica, considerou configurada ilicitude nos requisitos para demonstração de capacitação técnica das licitantes. O edital exigiu a apresentação de dois atestados ou declarações de capacidade técnica, devendo, cada um deles, conter “quantitativos mínimos de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação (8.000 a 12.000 m²), com área construída não inferior a 4.000 m²”. Ressaltou que a jurisprudência do Tribunal aponta no sentido de que “a Administração Pública deve se abster de estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os

motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação”. Asseverou que, no caso concreto, tal circunstância não restou evidenciada. Além disso, a citada exigência demandava a comprovação de prévia elaboração de projetos para área de cerca de 8.000 m², que é “bem superior ao limite de 50% da área construída objeto da licitação”. Também por esse motivo, ao endossar proposta do relator, decidiu o Tribunal: I) fixar prazo ao Creci/SP para que adote providências com vistas a anular a Tomada de Preços n. 05/2011; II) determinar ao Creci/SP que “abstenha-se de exigir número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (...) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação”. Precedentes mencionados: Acórdãos ns 3.157/2004, da 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, e 737/2012, do Plenário. Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

Prever um quantitativo mínimo de refeições a ser comprovada pelos atestados, visa resguardar o Hospital quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados.

Data maxima venia, da forma com que foi redigido este edital, sem exigir comprovação anterior de quantidade mínima de refeições, deixa a Administração sem parâmetro para avaliar a capacidade operacional das licitantes. Além disso, a Administração fica a mercê de empresas inexperientes, sem capacidade operacional de executar o objeto, o que, certamente, não atende ao interesse público, nem confere segurança à contratação, dada a complexidade do objeto.

Neste contexto, o TCU decidiu ser obrigatório o estabelecimento de requisitos **objetivos** para análise dos atestados de capacidade técnica:

Acórdão 914/2019: Plenário, Relator: Ana Arraes



É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

A seguir, exemplos de alguns editais formulados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que previram quantitativos mínimos a serem comprovados pelos atestados:

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 097/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23522.036008/2019-39

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por Preço Unitário

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/11/2020

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília/DF)

**LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal -
www.comprasgovernamentais.gov.br**

UASG: 155009

8.4.4. Qualificação Técnica: 8.4.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características (dietoterapia e nutrição enteral/lactário hospitalar) e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou os serviços, em características, quantidades e prazos; 8.4.4.1.1. **Considerar-se-á compatível o atestado que comprove a emissão de no mínimo 50% do objeto previsto**, considerando os seguintes quantitativos de leitos: 206 de internação, 22 leitos de observação, 28 leitos dia (Unacon e Unidade de Diálise) e 10 leitos da Unidade de Saúde Mental (previsão), totalizando 266 leitos hospitalares em período não inferior a 24 meses de experiência atuando em Instituição de Saúde.

Assim, a presente impugnação dirige-se para requerer previsão no edital de comprovação através de atestados de que a licitante atenda a **50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da parcela de maior relevância**, devendo o Edital ser alterado, passando a fazer as mencionadas exigências, o que seria perfeitamente lícito.



V – OMISSÕES - ILEGALIDADES QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE

O edital traz previsão que fere o processo licitatório em seu princípio mais básico norteado pela Lei de Licitações que é o da AMPLA PARTICIPAÇÃO do maior número de licitantes e tal exigência afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente procuraremos demonstrar.

Consta que no Termo de Referência que o prazo de início da prestação dos serviços ocorrerá em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Vejamos:

20 EXECUÇÃO CONTRATUAL.

20.1A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

- Hospital Municipal Raul Sertã – *Rua General Osório 324, Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.625- 630.*

20.2 O INÍCIO DO PRAZO DE FORNECIMENTO DEVERÁ SE DAR 10 (DEZ) DIAS A PARTIR DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Não haveria ilegalidade nesse prazo se não fosse o objeto da licitação o fornecimento de alimentação transportada, em que o preparo dos alimentos realizar-se-ão nas dependências da Contratada.

Ou seja, a vencedora do pregão terá que dispor de uma cozinha industrial no local da execução. Como se sabe, o local da prestação dos serviços é na cidade de Nova Friburgo. Portanto, caso a empresa vencedora do certame seja de fora da cidade, necessitará se estabelecer no local, montar uma cozinha industrial, contratar pessoal, requerer as licenças, dentre outras providências.

Afinal, não se pode pretender que um proponente que pela primeira vez irá participar de uma licitação em Nova Friburgo possua uma cozinha industrial situada naquele Município em perfeitas condições de funcionamento, com pessoal contratado e todas as licenças emitidas.



Desta forma, o prazo concedido de apenas 10 dias para início da execução é ínfimo, insuficiente para que a potencial contratada, com sede em outra cidade/estado se estabeleça em Nova Friburgo.

Necessário conceder prazo razoável para início da execução. Entende-se como prazo razoável período não inferior a 30 dias úteis a contar da assinatura do contrato.

Sem isso, restringe-se ilegalmente a competitividade do certame, reduzindo o universo de participantes a empresas de Nova Friburgo apenas, o que contraria a lei.

Portanto, urge a necessidade de assinalar prazo para início dos serviços, não inferior a 30 dias úteis da assinatura do ajuste.

Tal como redigido, o edital só atrairá para o certame empresa que já possua UAN na cidade de Nova Friburgo, o que não ofende o interesse público, pela busca da melhor oferta.

Como se sabe, trata-se de fornecimento de alimentação na modalidade transportada, em que a empresa vencedora deverá implantar uma cozinha industrial no local da prestação dos serviços.

A sistemática não demanda raciocínios maiores, pois o prazo exíguo para entregar uma cozinha industrial, que se reveste de complexidade em razão das inúmeras normas a que se submete, certamente afastará a adesão de vários licitantes interessados em outros Estados e Municípios. Por consequência o objetivo magno da realização de certames licitatórios, qual seja, a seleção da melhor proposta, não será alcançada.

Isto porque a estipulação de prazo demasiadamente curto acabará, por ferir os princípios da IMPESSOALIDADE, COMPETITIVIDADE E DA RAZOABILIDADE, na medida em que favorecerá todo licitante que já possuir cozinha disponibilizada e pronta no local da prestação dos serviços, o que se mostra ilegal. É terminantemente proibida exigência de propriedade e de localização prévia, de acordo com a jurisprudência sistematizada do TCU.

Por isso que o Edital combatido deve ser revisto para serem extirpadas as nulidades apontadas, **assinalando-se o prazo de, ao menos, 30 (trinta) dias para início dos serviços.**

Por todo o exposto, requer a Impugnante seja a presente Impugnação recebida e julgada procedente, de acordo com os supracitados motivos, adequando o procedimento licitatório e consequentemente o Edital impugnado ao comando legal e à realidade da prestação efetiva de seu objeto, para que:

A) Seja alterado o item 20.2 do Termo de Referência, passando a prever que o **INÍCIO DO PRAZO DE FORNECIMENTO DEVERÁ SE DAR EM 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.**

B) Seja revisto o item 19.1.2 do edital, passando a prever que os atestado(s) de capacidade técnica:

b.1) Experiência da licitante atuando em instituição de saúde (fornecimento de refeição em Unidade Hospitalar).

b.2) Experiência da licitante atuando em instituição de saúde (fornecimento de refeição em Unidade Hospitalar **TRANSPORTADA**).

b.3) Seja incluída a previsão de que o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica comprovem que o licitante já executou o quantitativo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância objeto, permitindo-se o somatório de atestados.

Termos em que
Pede deferimento

Belo Horizonte/MG, 26 de março de 2024.

Cook Empreendimentos em Alimentação Coletiva Ltda
Assina: Thiago Rodrigues Bastos - Sócio Diretor